

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE PEDAGOGIA

Alane de Cássia Alves Ferreira

ORFANATO COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL?
O caso do Lar Espírita Maria José Fratari, Ituiutaba, MG, 1953–62

Ituiutaba, MG
2023

Alane de Cássia Alves Ferreira

ORFANATO COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL?
O caso do Lar Espírita Maria José Frattari, Ituiutaba, MG, 1953–62

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

Ituiutaba, MG
2023

Alane de Cássia Alves Ferreira

ORFANATO COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL?
O caso do Lar Espírita Maria José Fratari, Ituiutaba, MG, 1953–62

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga.

Ituiutaba, 19 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. ^a Dr.^a Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro – Orientadora
(ICHPO/UFU)

Prof. ^a Dr.^a Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira
(ICHPO/UFU)

Prof. Dr. Armindo Quillici Neto
(ICHPO/UFU)

Prof. Dr. Nicola José Frattari Neto
(UNICAMP)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer: gestos de ajuda, atenção, carinho e companheirismo, a amizade. Assim, pela realização deste trabalho, devo agradecer a pessoas sem as quais este trabalho não teria sido possível.

À minha orientadora, professora doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, agradeço o aceite de me orientar, os ensinamentos, as contribuições enriquecedoras para a pesquisa, as sugestões de textos essenciais e a disponibilidade constante. Também agradeço imensamente a atenção, a acolhida, o respeito, a confiança, o incentivo, a amizade e a enorme generosidade. Sempre será luz e inspiração em minha trajetória profissional. Gratidão e admiração eternas.

À banca examinadora, professora doutora Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira, professor doutor Armino Quillici Neto e professor doutor Nicola José Frattari Neto, agradeço a atenção, a leitura minuciosa, as sugestões e as contribuições valiosas a este trabalho. À professora Lúcia, agradeço a leitura cuidadosa e as valorosas sugestões apresentadas na banca de qualificação.

Ao professor doutor Sauloéber Tarsio de Souza, agradeço as aulas de História da Educação e História, Educação e Cultura Brasileira, essenciais em minha trajetória acadêmica como pesquisadora.

Ao corpo docente com quem pude estudar e aprender em minha trajetória escolar, sobretudo da Universidade Federal de Uberlândia, agradeço o trabalho nas várias disciplinas, que ofereceram subsídios ao desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso: as professoras doutoras Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira, Maria Aparecida Augusto Satto Vilela, Gláucia Signorelli de Queiroz Gonçalves, Klívia de Cássia Silva Nunes, Mical de Melo Marcelino e Luciane Ribeiro Dias Gonçalves, também ao professor doutor Mário Borges Netto.

À Universidade Federal de Uberlândia, agradeço a oportunidade de poder estudar e me formar numa instituição não só pública e gratuita, mas acima de tudo de qualidade e excelência. Tenho certeza de que esse nome sempre vai pesar a meu favor nas circunstâncias em que eu estiver sob avaliação profissional ou mesmo intelectual.

À professora doutora Márcia Fratari Majadas, agradeço a recepção e conversa agradável nas ocasiões em que pudemos dialogar sobre o Lar Espírita Maria José Fratari. Agradeço a gentileza de responder às minhas mensagens, a telefonemas e o acesso a um material precioso. Agradeço o carinho e a subtração de tempo de suas rotinas para dedicá-lo a esta pesquisa, a partilha de suas memórias, importantes para a construção de minha compreensão de personagens. Ainda nesse contexto, agradeço aos

funcionários da instituição, que me receberam com profissionalismo e cordialidade quando fui em busca de documentos.

À amiga Jaqueline Martins de Lima, agradeço à presença em minha trajetória acadêmica, compartilhando anseios, alegrias e conquistas.

A Paloma Victoria Nunes e Silva, agradeço a atenção e disponibilidade dada, me auxiliando na intensa construção dessa pesquisa.

Ao Nicola José Frattari, agradeço a atenção e disponibilidade dada à pesquisa, sobretudo as contribuições, enriquecedoras para a pesquisa.

Às colegas e amigas que entraram na minha na jornada da graduação, em especial: Hágata, Thayanne, Polly, Laura, Laís, Jéssica, Carolaine, Amanda, Rafaela e Ione: agradeço todas as conversas, as palavras de apoio e de carinho. Encorajaram-me a seguir em frente, por isso foram essenciais à minha conquista. Muito obrigada!

Ao meu amado e querido esposo, Milton, agradeço a atitude de me incentivar e encorajar a alcançar meus sonhos, agradeço a presença sempre marcante em meus momentos de alegria e tristeza, agradeço a disposição e o interesse em *participar* da pesquisa — nossas longas conversas sobre educação estão entre os momentos mais enriquecedores da pesquisa. Sua compreensão das minhas demandas de tempo para ler, escrever e pesquisar foi fundamental.

Enfim, agradeço à minha família, que torce por mim e comemora minhas conquistas. Agradeço ao meu pai, Silvio: sua luz guia meus passos. Embora ele tenha partido antes que eu tivesse tempo de contar minhas conquistas, alegrias, tristezas, angústias... eu tenho certeza de que, do lugar onde está, ele pode me acompanhar.

À minha família: essencial à minha vida

*Ao meu pai, Silvio (IN MEMORIAM):
sempre me apoiou nos meus sonhos e
projetos*

*Ao meu amado esposo, Milton: fonte de
incentivo, força e carinho*

*A Maria José Fratari Araiijo (IN
MEMORIAM): exemplo de força feminina
em prol do outro*

Há caridade em pensamentos, palavras e atos. Em vossas aflições, olhai abaixo de vós e não acima; pensai naqueles que sofrem ainda mais que vós. O fardo é proporcional às forças, como a recompensa será proporcional à resignação e a coragem. A esperança e a caridade são uma consequência da fé.

— Allan Kardec

RESUMO

A história das instituições escolares se tornou um campo fértil à pesquisa acadêmica no Brasil. Mas, embora possa oferecer uma visão abrangente dos processos educacionais, é provável que ainda haja instituições pouco historiadas como instituição escolar. Este estudo procura contribuir para suprir tal lacuna enfocando a relação entre orfanatos espíritas e educação escolar: em que medida o orfanato pode se incluído na categoria *instituição educacional*. Para especular a criação e o funcionamento de um orfanato na cidade de Ituiutaba, MG, entre os anos 1950–60 e integrado ao movimento de propagação do Espiritismo no Brasil, o estudo partiu desta pergunta: orfanato pode ser visto como instituição educacional? Ela se refere ao objeto de estudo histórico-educacional: o Lar Espírita Maria José Fratari, um orfanato compreendido aqui como possibilidade de instituição educacional à qual se conectam eventos importantes para se entender e se escrever uma história da educação no município de Ituiutaba. Nesse sentido, o estudo objetivou, no plano geral, explorar a história das instituições escolares comunitárias de caráter assistencial; no plano específicos, objetivou sistematizar uma compreensão histórico-conceitual preliminar da assistência social à infância; caracterizar a aparição do Lar Espírita Maria José Fratari como instituição de assistência e reconhecer sua eventual condição de instituição educacional. Subjacente a este estudo, está uma pesquisa do tipo documental desdobrada na área da história das instituições escolares. A pesquisa se beneficiou de procedimentos e conceitos do método materialismo histórico dialético, que oferece instrumental para se enfocarem dimensões que fazem divisa com uma instituição de assistência social: lutas e enfrentamentos, elementos materiais e sociais facilitadores e auxiliares da consecução do orfanato num contexto de economia e poder político potencializado, mas de pouca atenção a demandas sociais como a educação. Para situar a discussão no debate teórico-metodológico, a pesquisa incluiu a construção de um substrato teórico-conceitual fundado em Nosella e Buffa (2009), Saviani (2005), Rosemberg (1984; 1999; 1997), Marcílio (1997; 1998; 2019), Kuhlmann Júnior (2000; 2015), Rizzini e Rizzini (2004), Sá (2006) e Arruda (2011) e outros. As fontes de pesquisa foram atas de sociedade espírita administradora do orfanato. Os resultados da pesquisa não permitem afirmar o orfanato espírita como instituição educacional; nem que não era. Pela leitura de fontes e estudos, o orfanato se consolidou como instituição, sobretudo, de assistência; mas tinha conexões muito fortes com escolas espíritas por intermédio das mulheres da “Sociedade de Senhoras de Amparo à Infância”: por um lado, cuidavam de uma cantina escolar, por outro, havia sócias que lecionavam em tais escolas. Assim, a sociedade pode, sim, ser afirmada como instituição educacional. E é justamente essa vinculação que permite aventar a hipótese de que o orfanato espírita agiu, também, como instituição educacional na medida da orientação e do encaminhamento de crianças internas aos primeiros estágios escolares. Diz-se hipótese porque se abriu uma possibilidade promissora de ampliar a pesquisa de conclusão de curso ao nível do mestrado em história da educação.

Palavras-chave: História da educação; Instituições escolares; Infância abandonada; Assistência.

ABSTRACT

The history of school institutions has become a fertile field for academic research in Brazil. However, although it can offer a comprehensive view of educational processes, it is likely that there are still inadequately studied institutions as educational institutions. This study seeks to contribute to filling this gap by focusing on the relationship between spiritist orphanages and school education: to what extent can an orphanage be included in the category of educational institution. To speculate on the creation and operation of an orphanage in the city of Ituiutaba, MG, between the years 1950-60 and integrated into the Spiritism propagation movement in Brazil, the study started with the question: can an orphanage be seen as an educational institution? It refers to the object of historical-educational study: the Maria José Fratari Spiritist Home, an orphanage understood here as a potential educational institution connected to important events for understanding and writing a history of education in the municipality of Ituiutaba. In this sense, the study aimed, in general terms, to explore the history of community-based welfare-oriented school institutions; specifically, it aimed to systematize a preliminary historical-conceptual understanding of social assistance to children; characterize the appearance of the Maria José Fratari Spiritist Home as a welfare institution and recognize its potential status as an educational institution. Subsequent to this study is documentary research in the field of the history of school institutions. The research benefited from procedures and concepts of the dialectical historical materialism method, which provides tools to focus on dimensions that border on a social assistance institution: struggles and confrontations, material and social elements that facilitate and support the establishment of an orphanage in a context of amplified economic and political power, but with little attention to social demands such as education. To situate the discussion in the theoretical-methodological debate, the research included the construction of a theoretical-conceptual foundation based on Nosella and Buffa (2009), Saviani (2005), Rosemberg (1984; 1999; 1997), Marcílio (1997; 1998; 2019), Kuhlmann Júnior (2000; 2015), Rizzini and Rizzini (2004), Sá (2006), Arruda (2011), and others. The research sources were minutes of the spiritist society that administered the orphanage. The research results do not allow for a definite statement that the spiritist orphanage was an educational institution, nor that it was not. Through the analysis of sources and studies, the orphanage was consolidated primarily as a welfare institution, but it had strong connections with spiritist schools through the "ladies' society for the support of childhood": on the one hand, they took care of a school cafeteria, and on the other hand, there were members who taught in such schools. Thus, the society can indeed be affirmed as an educational institution. It is precisely this connection that allows us to hypothesize that the spiritist orphanage also acted as an educational institution in terms of guiding and directing resident children to their early stages of schooling. It is called a hypothesis because it opened up a promising possibility to expand the undergraduate research to the level of a master's degree in the history of education.

Keywords: History of education; School institutions; Abandoned childhood; Welfare.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1 NOÇÕES DE HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL À INFÂNCIA NO BRASIL	5
1.1 ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO INSTITUCIONAL À INFÂNCIA	6
1.2 ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA: DA RODA DE EXPOSTOS AO ORFANATO	10
2 ASSISTÊNCIA E ESPIRITISMO: ATENDIMENTO À INFÂNCIA EM MINAS GERAIS	14
3 O LAR ESPÍRITA MARIA JOSÉ FRATARI	18
3.1 ORFANATO COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL: O CASO DO LAR ESPÍRITA MARIA JOSÉ FRATARI	19
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
5 REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

A julgar pelo banco de teses e dissertações defendidas no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, a história das instituições escolares parece ter se firmado como área produtiva do ponto de vista da pesquisa acadêmica.¹ Uma leitura superficial de dados relativos a essa produção mostra um volume relevante de estudos sobre a criação, o funcionamento e a extinção, em alguns casos, de escolas que registram, em sua existência, as transformações por que passou a sociedade que dela se valeu para educar filhos e filhas. Noutros termos, é provável que sua materialidade — arquitetura, mobiliário e registros formais de seu funcionamento, assim como a memória de seu corpo docente, gestor e funcional — ajude a entender os valores e as tradições que permeiam as transformações que levaram à consolidação de uma sociedade, uma economia, uma cultura e uma comunidade.

Ao buscar compreender a história da constituição da instituição escolar em nosso país, por meio de pesquisas que se dedicam à investigação sobre os processos e lutas sociais que, em um determinado tempo e lugar, produziram uma determinada escola e, mais ainda, ao propor-se compreender as linhas de força que presidem a estruturação e funcionamento de tais instituições, os historiadores da educação têm ampliado seu diálogo e colaboração com grupos sociais os mais diversos, tais como professores, pais de alunos e demais membros da comunidade escolar (FARIA FILHO, 2003, p. 14–5).

Contudo, embora possa oferecer uma visão abrangente dos processos educacionais — daí ser objeto-chave na história da educação no Brasil —, é provável que história das instituições escolares ainda seja bem lacunar em sua abrangência; ou seja, talvez haja instituições pouco representadas nos enfoques, a exemplo de “escolas [...] mais modestas destinadas à população carente, como escolas comunitárias ou de caráter assistencial” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 25). Com efeito, este estudo procura atender a este “chamado” de Nosella e Buffa ao focar a relação entre orfanatos espíritas e educação escolar, ou seja, em que medida o orfanato se alinha na categoria instituição educacional: orfanato pode ser visto como instituição educacional?

O estudo parte desta pergunta para especular a criação e o funcionamento de um orfanato na cidade de Ituiutaba, MG, entre os anos 1950–60 e integrado ao movimento de propagação do Espiritismo no Brasil. Esse movimento chegou a Ituiutaba em um momento de contrastes na sociedade: entre a opulência de uns poucos e a miséria de

¹ Cf. <http://www.btdt.ufu.br>

muitos, entre a escolarização de uns e o analfabetismo de outros, entre uma infância nascida em berço de ouro e uma infância nascida não se sabe como, porque, abandonadas e órfãs, perdiam parte de sua história, ignoravam que eram mães e pais, irmãs e irmãos. Na década de 1950, Ituiutaba era a “capital do arroz”, era a sede do município se ascendeu economicamente pela rizicultura, cuja projeção nacional o projetou, também, politicamente no estado, dada a força da arrecadação tributária. Ituiutaba exportava arroz para o Brasil todo.

Nessa cidade de economia viçosa (rica), onde quase 85% da população era não alfabetizada (BADUY, 2020), a contradição se impunha com agudeza ante autoridades políticas e a elite do arroz. Havia precariedade no aparato de atendimento à saúde pública e à assistência social no meio urbano, igualmente miséria e condições de vida insalubres, para completar a carência de água potável corrente para todos, de rede de esgoto, eletricidade. Por contraste, a população do meio rural era maciçamente analfabeta.

Assim, o espiritismo se instalou em Ituiutaba em meio às contradições próprias de produção capitalista: desejos individuais como mais prioritários que necessidades coletivas, convivência entre riqueza e miséria, trabalho e exploração, entre mão de obra e patrão, entre taxas elevadas de crescimento econômico e percentuais de analfabetismo mais elevados ainda (BADUY, 2020). Tudo isso e mais não só punham em xeque os efeitos do desenvolvimento econômico do município, como ainda criavam um ambiente pouco favorável a ações de combate à miséria, à ignorância e à doença: condições desejáveis à manutenção do sistema capitalista e ao modo de vida orientado por ele.

Como havia ausência do Estado — do município —, restava à comunidade agir para ajudar aplacar as mazelas sociais; e essa ação permeia este estudo porque compõe seu objeto de estudo histórico-educacional: o Lar Espírita Maria José Fratari, ou seja, um orfanato compreendido aqui como possibilidade de instituição educacional² à qual se conectam eventos importantes para se entender e se escrever uma história da educação no município de Ituiutaba. A instituição se abre a especulações que não só situam tal tema na história da educação brasileira, mas ainda expõem relações entre escola, Estado e Igreja, ou seja, entre classes sociais e o controle sobre a ação escolar em que a religião age onde o Estado está ausente.

² Minha relação com os estudos sobre as instituições escolares teve como ponto de partida, no início do primeiro período do curso de Pedagogia, uma trajetória permeada de conhecimentos preciosos, em especial na disciplina de História da Educação, ministrada pelo Prof. Dr. Sauloéber Társio de Souza².

O Lar Maria Fratari surgiu num período em que as instituições de assistência social começavam sua expansão, o que calha com a expansão forte da doutrina espírita da década de 1950 em diante. Nesse momento, laços de fraternidade, amor e caridade foram propalados de modo a sensibilizarem a população quanto à importância de haver instituições de obras assistencialistas para o desenvolvimento das cidades, ou seja, dos extratos sociais mais necessitados materialmente, esquecidos e ignorados, aliados dos interesses e das preocupações de autoridades políticas; extratos de miseráveis, doentes mentais, anciãos abandonados e órfãos, adolescentes e crianças sem instrução escolar... Todos expunham a precisão de que instituições de apoio e assistência fossem criadas e instaladas.

Essa compreensão deriva do contato com a interioridade material de uma instituição de assistência e ensino como objeto histórico, de onde se pôde voltar com frutos indicativos de um trabalho árduo, silencioso e silenciado, quase sem memória. São poucos — raros até — os estudos que evidenciam obras assistencialistas em Ituiutaba em relação à educação. Ao tatearmos evidências, vestígios e registros documentais da existência material do orfanato espírita, percebemos certa densidade de significados históricos emanados de seu lugar social na cidade, seja pela assistência ou por traços de sua trajetória importantes para detalhar a história da educação na infância no Brasil.

Nesse sentido, o estudo objetivou, no plano geral, explorar a história das instituições escolares comunitárias de caráter assistencial. Esse objetivo geral se dilui nestes objetivos específicos: sistematizar uma compreensão histórico-conceitual preliminar da assistência social à infância (em Ituiutaba entre 1953 e 1962); caracterizar a aparição do Lar Espírita Maria José Fratari como instituição de assistência e reconhecer sua eventual condição de instituição educacional. Nesse sentido, pesquisar a história do Lar Maria Fratari é relevante para a história da infância e da educação, pois sua gênese se entrelaça com debates sobre sociedade, caridade, filantropia e assistência, os quais se estabeleceram com vigor no país.

Subjacente a este estudo, está uma pesquisa do tipo documental desdobrada na área da história das instituições escolares. Pesquisá-las supõe vê-las como interior e exterior, pois se constituem nesse intervalo suas relações internas, autocentradas, e com o entorno, o contexto. Assim, a tarefa é, com intenção de síntese, reconstituir a história delas com base em registros materiais de sua existência, oficiais e não oficiais, escritos e

iconográficos, impressos e manuscritos. Entende-se que, pelo menos em linhas essenciais, suas singularidades, a trajetória das instituições educacionais podem se revelar naquilo que seus sujeitos fizeram materialmente e que transcendem a existência deles como marcas do fazer assistencialista-educativo de outrora. Entende-se que contêm indícios de concepções, experiências e conflitos.

Tendo em vista tal horizonte, a pesquisa pôde se beneficiar de procedimentos e conceitos do método materialismo histórico dialético, que oferece instrumentos para se enfocarem dimensões que fazem divisa com uma instituição de assistência social: lutas e enfrentamentos, elementos materiais e sociais facilitadores e auxiliares da consecução do orfanato num contexto de economia e poder político potencializado, mas de pouca atenção a demandas sociais como a educação. Nesse sentido, a pesquisa seguiu orientações e recomendações de autores com Nosella e Buffa (2009).

Para desdobrar a pesquisa à luz de fontes histórica tendo em vista o objeto de estudo e sua problematização — questões e objetivos de pesquisa —, foram considerados como fonte histórica: atas de reuniões do lar-orfanato. A lida com essa documentação teve fundamento no que diz Saviani (2005, p. 6–7):

[...] objetos só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa, delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas. Em consequência, aqueles objetivos em que real ou potencialmente estariam inscritas as respostas buscadas erigir-se-ão em fontes a partir das quais o conhecimento histórico referido poderá ser produzido.

Uma vez levantada tal documentação, houve a sistematização para torná-la em fonte histórica. Nesse momento, em busca de esclarecimentos, foi possível sentir o trabalho do historiador de atribuir, a registros esparsos, dispersos, desconectados, distintos em forma e função, o status de fonte histórica: documentos agrupados, ordenados, classificados, inter-relacionados, comparados em forma e função (FRATTARI NETO, 2009). A expectativa de pesquisa não foi a que as atas pudessem oferecer matéria suficiente para se reconstruir a trajetória da instituição aqui considerada em sua função social na sociedade e em sua função educacional na comunidade; ou seja, em sua pluralidade como fenômeno histórico que presume relações com contextos diversos: político, sociocultural e econômico, municipal, regional e nacional; contextos influentes no processo da assistência. Mas até o momento

foi o que se pôde conseguir de documentação mais íntima da instituição, ou seja, de seus arquivos.

As fontes reunidas deixam evidente que o Lar Espírita Maria José Fratari atendeu à infância abandonada e desvalida, de modo a se inscrever na história da assistência à infância. Mesmo que o percurso da pesquisa tenha indicado ausência de informações sobre o orfanato em registros mais tradicionais do passado do município e da cidade, as fontes permitiram avançar a pesquisa ao permitir delinear compreensões possíveis para os fatos. Esse atendimento pôde ser notado em seu primeiro decênio de existência, que foi tomado como delimitação temporal de pesquisa, ou seja, o recorte 1953–62. O ano de 1953 foi quando surgiu a “Sociedade de Senhoras de Amparo à Infância”, com a finalidade de criar um orfanato; 1962 foi o ano em que Maria José Fratari Araújo, figura central do lar homônimo, finaliza seu mandato, pois falece no parto, no dia 12 de outubro do corrente ano, no dia da criança, o que chamou muita atenção para a obra do orfanato no momento.

Para situar a discussão no debate teórico-metodológico, a pesquisa incluiu a construção de um substrato teórico-conceitual em torno da instituição escolar — onde o diálogo é com Nosella e Buffa (2009) e outros; e em volta da história da assistência social e suas instituições, bem como da infância — o diálogo foi com ideias de Rosemberg (1984; 1999; 1997), Marcílio (1997; 1998; 2019), Kuhlmann Júnior (2000; 2015), Rizzini e Rizzini (2004), Sá (2006) e Arruda (2011).

Dito isso, este trabalho de conclusão de curso se desdobra com uma contextualização histórico-teórica da assistência social à infância e suas instituições, seguida de um comentário sobre o estado do conhecimento relativo ao objeto, então da reflexão analítica sobre o objeto de estudo, fundada nas fontes e em estudos prévios, por último as considerações finais.

1 NOÇÕES DE HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL À INFÂNCIA NO BRASIL

No escopo da história das instituições no Brasil, as de assistência social são um objeto de pesquisa acadêmica recorrente. Um exemplo mais recorrente é o dos orfanatos e instituições afins. Sua aparição remonta à segunda metade do século XIX, com a função atender os mais necessitados e as crianças abandonadas. Na primeira metade do século XX, instituições de assistência à infância eram vistas como solução para se resolver o “problema da infância pobre”; ou seja, concepções baseadas em princípios do

higienismo e utilitarismo viram na institucionalização a forma mais eficaz para se tirar, do campo de visão do olhar público, crianças perambulantes, pois eram uma imagem comprometedora do aspecto de uma sociedade proclamada como civilizada (RIBEIRO; SOUZA, 2018, p. 48).

Dessa compreensão, emanam medidas do quão desafiante é o estudo nesse âmbito, a exemplo das concepções de assistência, infância e pobreza, ou seja, de sua amplitude. Nesse sentido, este capítulo apresenta uma compreensão teórico-conceitual desse campo em que se inscreve este trabalho. Tal entendimento se faz necessário para se dar mais fundamento à análise histórica do objeto de estudo Lar Espírita Maria José Fratari. Procurou-se dialogar com a história do atendimento e da assistência à criança no Brasil, em especial os vínculos com movimentos políticos e instituições criadas para o amparo à infância.

1.1 Assistência e atendimento institucional à infância

Na história do atendimento e da assistência à criança no Brasil, se impôs um corpo de reflexões sobre a chamada infância abandonada, para a qual convergiram sensibilidades e discursos presentes em estudos e concepções de infância, em sua correspondência com períodos históricos vigentes de cada época. Expressões como *menores*, *crianças desvalidas*, *órfãos* se tornaram nomenclaturas-retratos da infância brasileira no final do século XIX e início do XX. Como diz Sá (2006, p. 27), “estão relacionados à sua classe social, à faixa etária, ao grupo cultural, à raça, ao gênero e às diferentes situações em que se encontra, como a de abandono e de exclusão na família, na escola e na rua”. Tais nomes serão referidos aqui a fim de retratarmos a inserção da experiência de ser criança no Brasil.

Com efeito, a contextualização da história do abandono de crianças no Brasil aponta que este é um fenômeno que atravessa as décadas e os espaços em suas motivações, circunstâncias, causas e intencionalidades pela causa da infância — da criança necessitada; isso porque “O fenômeno de abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira” (MARCÍLIO, 1997, p. 52). Como diz Marcílio (2019, p. 142), para tal situação, se percorreram práticas crescentes de abandono de filhos de grupos sociais afetados pela miséria e pobreza extremas, por condutas advindas do sistema colonial estabelecido, cujas distinções sociais e culturais formaram a sociedade brasileira e possibilitam compreender a prática do abandono. “A situação de

miséria, exploração e marginalização levou os indígenas, e depois os africanos e os mestiços, a seguir o exemplo dos descendentes de espanhóis ou de portugueses, de abandonar seus filhos”.

Para a autora, “Em sua quase totalidade, as crianças que eram abandonadas provinham dessa faixa de miseráveis, de excluídos. A pobreza foi a causa primeira — e de longe maior — do abandono de crianças, em todas as épocas” (MARCÍLIO, 1998, p. 257). Tal situação não caracteriza a pobreza como o motivo principal que firmava o abandono de crianças na esperança de que filhos e filhas fossem recolhidos por alguém com condições mais favoráveis para criá-los.

Outras causas contribuíram para tal ação. Citem-se a relação com as questões do crescente processo de constituição de sociedade moderna, a expansão da urbanização, o crescimento populacional, as novas relações de trabalho e produção, uma vez que a sociedade capitalista estabelecia mecanismos e estratégias para consolidar um modelo de instituição familiar: o nuclear católico.

O modelo europeu de família — monogâmica, sacramentada, indissolúvel — foi de difícil estabelecimento entre as populações pobres, mestiças e marginalizadas. Mesmo não sendo o ideal, o concubinato era a alternativa mais simples para o não proprietário, para a imensa maioria silenciosa de pobres excluídos (MARCÍLIO, 2019, p. 142–3).

Nesse sentido, o princípio é o da família como núcleo fundamental da sociedade, o que determinou que casamentos legítimos e sacramentados na Igreja Católica mantieram a honra³ de uma mulher, cujas percepções morais sobre a condição de inferioridade feminina eram fortes. Nesse percurso, as práticas de abandono estavam ligadas a modos de vida/costumes e de imposição de valores presentes da Igreja Católica.

[...] a virgindade da mulher determinou o modelo de atitudes populares sobre a atividade sexual feminina. A mulher solteira ou sozinha deveria refrear sua vida sexual, mantendo sua virgindade até se casar. Assim, uma mulher solteira que perdesse a virgindade — ou uma esposa adúltera — perdia toda possibilidade de respeitabilidade, particularmente entre as camadas de proprietários (MARCÍLIO, 2019, p. 143).

³ A preservação da honra da mulher era importante na época. Sua honra deveria ser defendida, principalmente no âmbito das famílias abastadas, e essa era uma razão pela qual os filhos ilegítimos eram abandonados na roda, pois quem enjeitava a criança permanecia em anonimato (MARCÍLIO, 1998).

Com efeito, a mulher abandonava a prole; mas, muitas vezes, para lhe garantir integridade algumas situações, outras para ocultar o fruto de uma relação proibida, que representava a desonra de sua família. Desse modo, entre filhos ditos naturais — frutos de relações concebidas fora do casamento —, a situação era considerada complicada. Quando a ascendência paterna era desconhecida, a morte da mãe poderia legar ao filho o estatuto de órfão. Entretanto, quando os progenitores eram conhecidos, os filhos “naturais” ou “ilegítimos” estavam impossibilitados de herdar⁴ os bens do pai, ou pelo fato de duvidar da legitimidade da paternidade, cujo ato de abandono também era praticado pelos ricos para que não pudessem dividir a herança em muitas partes.

De todo modo, tanto a menoridade quanto a incapacidade de se defenderem faziam dos órfãos um segmento particularmente frágil. A fragilidade residia em omissão, negligência, falta de interesse ou atenção às crianças expostas; não por acaso, marcam a complexidade de situações em que o abandono era visto como prática difundida e moralmente aceita como alternativa, como “solução”, mesmo com consequências como infanticídio e ao aborto.

Nesse contexto, importa a relação entre abandono e acolhimento, ou seja, ao cuidado com a infância, processo no qual sinaliza as origens de uma educação assistencialista. Para tanto, Souza (2018, p. 48) propõe em seu estudo uma análise em torno dos princípios que permearam a assistência à infância abandonada.

A primeira fase, de caráter caritativo, estende-se até meados do século XIX. A segunda fase — embora mantendo setores e aspectos caritativos — evolui para o novo caráter filantrópico, e está presente, a rigor, até a década de 1960. A terceira fase, já nas últimas décadas do século XX, surge quando se instala entre nós o Estado do Bem-estar Social, ou o Estado-Protetor, que pretende assumir a assistência social da criança desvalida e desviante. Só a partir dessa fase, a criança tornou-se, na lei, sujeito de Direito, partícipe da cidadania.

Contudo, como argumenta Guedes (2013), a utilização da ideia de etapas para identificarem formas de assistência à infância parece frágil, pouco apropriada, pois dá margem à concepção de transição ou superação de um período por outro, o que não ocorreu. “A história da assistência à infância, portanto, não deve ser entendida como uma sucessão de fatos lineares, mas tendo como perspectiva a inter-relação entre diferentes temporalidades e espaços” (SOUZA, 2018, p. 40). Em que pesem as opiniões

⁴ (Ordenações afonsinas, livro 4, título 98; Ordenações manuelinas, livro 4, título 81; Ordenações filipinas, livro 4, título 92).[1]

divergentes, a criança no século XVIII era considerada com um caráter religioso, ou seja, distante de uma concepção concreta de infância em meio a transformações econômicas, políticas e sociais.

Com efeito, até meados do século XIX, o conceito de infância começou a ser usado e ganhar novos significados de projeção social, ou seja, inscrito em ciências focadas na criança e em seu desenvolvimento. Como explicita Souza (2018, p. 31), é possível afirmar que

[...] os comportamentos, as atitudes, as instituições, as leis, as experiências, as políticas públicas de assistência e de proteção à infância abandonada não foram invenções nacionais. Tudo esteve sempre atrelado a modelos de fora, de Portugal inicialmente, que, por sua vez, adotou modelos aperfeiçoados de outras partes da Europa. Sobretudo da Itália e da França, países protótipos de assistência à infância sem família, no Antigo Regime europeu e no século XIX.

Dessa maneira, novos modelos educacionais surgiram, sobretudo com políticas públicas de assistência à infância desvalida atreladas ao pensamento higienista. “A criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado” (RIZZINI, 1997, p. 23). A preocupação com a criança estava circunscrita no alto índice de mortalidade infantil, abortos e infanticídios. Cresciam corriqueiramente e cada vez mais na sociedade civil.

O utilitarismo do século XVIII vê com horror a alta mortalidade dos expostos: são cidadãos úteis que a pátria não deveria perder. Eles poderiam servir aos exércitos ou trabalhar em serviços pesados. [...] Os expostos poderiam também ajudar a povoar muitas dessas colônias, com ótimos resultados para a nação dominante (MARCÍLIO, 1998, p. 72).

Assim, o pensamento higienista se inicia tendo por base valores da ciência — da medicina —, pois visava que os profissionais em sua ação respondessem aos desafios estabelecidos pelas sociedades em desenvolvimento acelerado da prevenção da desordem em contextos diretamente envolvidos na assistência aos menores no Brasil. Buscava-se prestar a serviços não só de prevenção de doenças e comportamentos “desviantes”, mas também de ir diretamente contra as ideologias do Estado. Nesse sentido, a assistência aos desvalidos ou órfãos significava “prevenir a delinqüência, proteger a infância e fazer de sua saúde física e de sua adaptação moral a mais grave preocupação da sociedade (RIZZINI, 1997).

1.2 Assistência à infância: da Roda de Expostos ao orfanato

No Brasil, a criação da primeira instituição para lidar com o problema do abandono de crianças foi a Roda dos Expostos, com o objetivo de assistir crianças abandonadas. Foram criadas treze rodas “cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas (RS), de Cachoeira (BA), de Olinda (PE); de Campos (RJ), Vitória (ES), Desterro (SC) e Cuiabá (MT)” (MARCÍLIO, 1997, p. 64). Em Mato Grosso, foi criada a primeira instituição em 1833, com apoio da Santa Casa de Misericórdia (SÁ, 2006). Nas rodas, eram abandonados bebês sob a condição de se deixarem em anonimato a abandonadora ou o abandonador.

Esse modelo teve berço em experiências europeias e surgiu no ideal religioso como medida civilizatória do abandono e para aliviar a situação financeira das câmaras, que até então era a única responsável pela assistência aos expostos. Marcílio (1997, p. 55) descreveu o funcionamento da Roda dos Expostos.

Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar o vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado.

A Roda de Expostos se tornou uma instituição de custo alto para as Santas Casas de Misericórdia e recursos insuficientes, mesmo com arrecadação de doações de entidades religiosas. Como disse Kuhlmann Júnior (2015, p.55), “quem havia sido abençoado com a riqueza tinha o dever sagrado da caridade... a caridade era compreendida a partir de um ponto de vista religioso: a Igreja era o instrumento da melhora social e da salvação espiritual”. Nesse sentido, em virtude da fé cristã e da prática religiosa e missionária, a Igreja defendia a prática da caridade como instrumento para chegar ao céu.

Com efeito, marco histórico e “sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História”, tal instituição colonial se multiplicou no período imperial e “conseguiu manter-se durante a República”; foi extinta só “década de 1950” (MARCÍLIO, 1997, p. 51). As rodas de São Paulo e Salvador foram as últimas a serem fechadas. Esse cessar deixou uma lacuna, à qual convergiu o movimento filantrópico.

A filantropia surgia como modelo assistencial, fundamentada na ciência, para substituir o modelo de caridade. Nesses termos à filantropia atribuiu-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas econômicas e morais, que nascem com início do século XX no Brasil” (MARCÍLIO, 1997, p. 78).

Para Rizzini (1990, p. 80) filantropia surge para dar continuidade à obra da caridade;

mas sob uma nova *concepção de assistência* Não mais a esmola que humilha, mas a reintegração social daqueles que seriam os eternos clientes da caridade: os desajustados. A caridade vai reagir à crescente tendência filantrópica da assistência, acusando as instituições de se distanciarem da “palavra cristã” (RIZZINI, 1990, p. 80, grifo nosso).

Após a Proclamação da República, o problema do social veio à tona para se tornar objeto de uma nova ordem de assistência; ou seja, de modificações na administração e composição da justiça de modo a presumir ações diretas de intervenção na infância. Influenciada pelo saber médico-higienista, a justiça chama a si certos poderes: saber sobre a criança e a infância e querer tratá-la adequadamente (PASSETI, 1998).

Com efeito, na República a prática de abandono no Brasil legitimou a criação de instituições diferentes de atendimento: asilos, orfanatos, casas recolhimentos são outras. Os primeiros movimentos nesse sentido surgiram com a preocupação e finalidade de proteger a infância, dada a taxa de mortalidade; não por acaso, foram organizados por médicos higienistas (KRAMER, 1982). “Os médicos começaram a participar ativamente de congressos internacionais e de exposições objetivando a troca de ideias para a implementação de ações sociais” (SÁ, 2006, p. 35). Esse serviço era direcionado à assistência caritativa e filantrópica.

De acordo com Rizzini e Pilotti (2011, p. 22), a filantropia se diferencia da caridade nos métodos, considerados científicos; entretanto, ambas tinham o mesmo propósito: “a preservação da ordem social”. Assim, muitos religiosos tornaram-se notáveis filantropos e filantropas, pois, conforme expõe Monteiro (2021, p. 160), a filantropia

[...] foi definida e praticada como uma ação racional para expressar solidariedade e simpatia pelos os que sofrem, mas também por ser expressão das virtudes da benemerência e da sociabilidade, tão preciosas aos homens e mulheres ilustrados.

Para Marcílio (1998), a filantropia passou a interessar à alta sociedade, cujo interesse era manter o controle, buscar a ordem, o respeito a normas e leis e solucionar conflitos sociais a fim de se preservarem as famílias. Com a filantropia surgiu uma preocupação em embasar cientificamente a assistência, tendo como finalidade a salvação da criança, do seu corpo, dentro de uma perspectiva utilitarista, para que ela fosse útil à sociedade (SOUZA, 2018).

Coerente com tal concepção, o conceito de menor desvalido recebia o tratamento de delinquente. O “problema-causa” das preocupações com a criança abandonada na história da assistência, que era necessário se resolver pela retirada delas do convívio social, da vista da sociedade. Kuhlmann Júnior (2015, p. 27) endossa esse argumento assim: a história da assistência é “também a da produção de uma imagem do pobre como ameaça social a ser controlada”; é criança “identificada como menino de rua”, ou “trombadinha”, ou “menor infrator”. Nesse sentido, percebe-se a presença de estereótipos dos pobres como infratores e necessitados de regeneração e controle social.

A assistência aos menores abandonados e às legislações exerceu o controle sobre a infância pobre, marcada pela promulgação do Código de Menores, em 1927, então a primeira legislação específica de proteção a crianças e adolescentes. A palavra *menor* era utilizada para indicar a infância abandonada e apontava “a despersonalização”, aludia “à esfera do jurídico e, portanto, do público. A infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, tornou-se para os juristas, caso de polícia” (MARCÍLIO, 1998, p. 195).

Conforme expõem Souza e Caleiro (2012, p. 120), O Código de Menores ganharia outra versão mais de cinquenta anos depois.

As leis ganharam outra versão em 1979, com o novo Código de Menores, que, entre outras coisas, determinava que o Poder Público criasse instituições de assistência e proteção ao menor. Nas duas versões podemos reconhecer o estabelecimento de dois tipos de infância. Uma incluída na cobertura das políticas sociais básicas que seria formada por crianças controladas e socializadas pela família e pela escola. A outra, marcada pelo binômio pobreza–crime, excluída das famílias e das políticas sociais, constituiria o contingente dos “menores”, alvo de um controle sócio-penal ancorado nos princípios da doutrina da situação irregular.

Conforme expõe Pavão (2011, p. 12), no período 1924–64, a assistência teve marcos importantes. Após os anos 1930, entidades e instituições diversas começaram a ser fundadas, tendo como finalidade assistir a infância. Em 1941, o Serviço de Assistência a Menores, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e ligado ao Juízo de Menores, objetivou dar amparo à infância judicial e administrativamente. No ano seguinte à data de sua fundação, ocorreu sua extinção, enquanto era criada a Legião Brasileira de Assistência, fundada por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas e primeira-dama. Tal instituição foi “associada ao esforço de guerra, como órgão de apoio aos pracinhas e suas famílias” (ROSEMBERG, 1997, p. 147).

Com o fim da guerra, a legião passou por transformações voltadas ao atendimento à maternidade, à infância e à família. Instituíram-se centros de proteção à criança, creches, postos de puericultura, hospitais e maternidades, “esses centros eram as APMI, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, disseminadas por todo o país” (KRAMER, 1982, p. 75). Em 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas criou o Fundo das Nações Unidas com a visão de acolhimento à infância em países destruídos pela guerra. No período de 1960, dá-se início a atuação em relação aos serviços sociais, amplificando a atuação à infância e reconhecendo sua importância na educação (KRAMER, 1982).

O Fundo das Nações Unidas (UNICEF), que promoveu, em 1965, a Conferência Latino-Americana sobre a Infância e Juventude no Desenvolvimento Nacional, já trazia a ideia de simplificar as exigências básicas para uma instituição educacional e implantar um modelo de baixo custo, apoiado na ideologia do desenvolvimento da comunidade, que certamente influenciou a elaboração do Plano do DNCR, de 1967 (KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 11).

De acordo com Kuhlmann Júnior (2000), o chamado “plano de assistência ao pré-escolar” do Departamento Nacional da Criança teve por finalidade implantar centros de recreação em creches e igrejas e com proposta de atendimento a crianças na idade 2–6 anos.

Em 1948 foi fundada a Organização Mundial para Educação Pré-escolar, vinculada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Essa organização filantrópica, educacional, de direito privado e sem fins lucrativos, tinha como objetivo atender crianças na faixa etária 0–7 anos. Conforme Kramer

(1982), compreendia-se que os pequenos de classes desfavorecidas necessitavam ser preparados para frequentarem a instituição escolar, pois não recebiam tal preparação no seio familiar.

Portanto, o atendimento e a assistência à infância passaram por diversos estágios, assim como suas concepções até década de 1960. Impõe-se uma preocupação com a assistência sem ter como objetivo o atendimento voltado ao cuidar e educar; “o atendimento às crianças era voltado para assistência preventiva, ou seja, cuidados com a saúde e a educação moral, efetivado através da assistência caritativa (religiosa), filantrópica (médica e jurídica) e estatal (legislação e fiscalização)” (ARRUDA, 2011, p. 59). Com efeito, nesse percurso histórico do atendimento à criança pequena, podemos referenciar também a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (lei 4.024), de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), a qual tornou os órgãos estaduais e municipais mais autônomos e incluiu a educação pré-primária no radar das autoridades. Numa palavra, o Estado passa a se responsabilizar pela infância de modo a assumir responsabilidades pela proteção e assistência à infância abandonada e em situação de risco. Como medida local dessa mudança, o caso de Ituiutaba, MG, é exemplar de certo encontro entre ações do Estado e ações de gente alinhada nos princípios do credo do Espiritismo.

2 ASSISTÊNCIA E ESPIRITISMO: ATENDIMENTO À INFÂNCIA EM MINAS GERAIS

Minas Gerais oferece matéria valiosa para se compreender historicamente aspectos da política, do assistencialismo e da educação tendo em vista o atendimento e assistência à infância. Do objetivo principal de atender às primeiras necessidades da criança, se vai a projetos e programas de ação que encampam a escolarização. Isso em meio a uma organização política e econômica durante o período 1950–60 que decorreu de “transformações significativas quanto à estrutura social do país, alinhadas ao desejo republicano de modernizá-lo, ou seja, de anular, de vez, o conservadorismo e o tradicionalismo que resistiram à renovação imposta pela República, ainda, entranhados em alguns setores” (BEZERRA; RIBEIRO; SOUZA, 2017, p. 17). Houve alterações no perfil da sociedade civil, intensificadas por meio da ampliação de novas necessidades e demandas do Estado.

Nesse sentido, se destaca a cidade de Ituiutaba, onde o movimento espírita achou espaço para se desdobrar localmente em favor da assistência e da educação elementar

dos mais necessitados materialmente. Como se sabe, o Espiritismo chegou ao Brasil no século XIX, por meio da obra de Allan Kardec, e rapidamente se difundiu e ganhou no país. O movimento espírita é caracterizado pela prática da mediunidade, que é a capacidade de comunicação entre os seres humanos e os espíritos desencarnados. Os espíritas acreditam na existência de uma vida pós-morte e defendem a ideia de que os espíritos têm a capacidade de se comunicarem com pessoas por meio de médiuns.

A corrente religiosa e filosófica, codificados por Kardec — pseudônimo do educador francês Hippolyte Léon Denizard Rivail — teve destaque no Brasil com a publicação de obras centrais da doutrina espírita como *O livro dos espíritos*, publicado originalmente em 1857. São apresentados os princípios fundamentais da doutrina, como a existência de Deus, a imortalidade da alma, a reencarnação e a lei de causa e efeito. O movimento espírita no Brasil se destacaria pela prática da caridade e da assistência social. Muitas instituições espíritas mantêm obras assistenciais, como creches, asilos, hospitais e centros de recuperação para dependentes químicos. Essas ações visam colocar em prática os princípios de amor ao próximo e solidariedade ensinados pelo espiritismo.

Tais princípios guiariam a difusão do Espiritismo e das ações dos espíritas em Ituiutaba por volta do fim da década de 1940. Foram dados passos importantes rumo a sua institucionalização: deixava de ser um credo presente no âmbito privado, íntimo, às vezes individualizado, para se tornar prática religiosa coletiva, pública e socializante. Em 5 de maio de 1947, um grupo de moços na faixa etária 15–20 anos fundou a “União da mocidade espírita de Ituiutaba”. Cerca de dez anos, a instituição era registrada em cartório (jun. 1957).

O propósito do grupo de rapazes era estudar a religião espírita (incluído estudos da língua esperanto), divulgá-la e pôr em prática princípios do seu credo, como trabalhar em benefício dos mais necessitados. Reuniam-se, de início, na sede do Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo; depois, no Centro Espírita Amor Fraternal; enfim, em sede própria, conquistada na década de 1960. Reuniões e ações conjugavam estudos com campanhas de assistência pela cidade, além de comemorações festivas e peças de teatro, utilizado pelo grupo como recurso pedagógico para atrair, à causa, outros moços da cidade (FRATTARI NETO, 2009).

Da ação dos integrantes da União da Mocidade Espírita, resultaram conquistas como a criação de instituições afins a causa, tais como asilo,⁵ casa para idosos, lar de acolhimento para criança e educandário (FRATTARI NETO, 2009). De mais visibilidade material, foram obras importantes não só para os/nos desígnios da união de moços espíritas, mas ainda para estimularem moças e senhora cuja ação foi importante para criarem uma instituição legal de atendimento a crianças e mães da classe trabalhadora e desprovidas de meios materiais (MALUF, 1992). Assim, se fundou uma sociedade de senhoras, em

[...] 26 de outubro de 1953, sob a presidência de Antonia Coelho de Moraes, reuniu-se no centro Espírita “Eurípedes Barsanulfo” e criaram a Sociedade de Senhoras, cuja diretoria ficou assim constituída: Presidente de honra: Elvira Carolina Janones; Presidente: Antonia Coelho de Moraes; 1ª Secretária: Jeronima Alves dos Santos Machado; 2ª Secretária: Rita Amélia Moreira Pinto Tesoureira: Luisa Martins de Andrade; Diretora de estudos: Maria Batista Martins de Andrade; Diretora de trabalho: Geralda Mendes de Souza; Bibliotecária: Adélia Tostes Silva; Procuradora: Teresinha de Souza Martins e Mariana Fonseca Santos (MALUF, 1992, p. 242).

Esse novo corpo agente em prol da causa espírita se voltou ao amparo à infância de Ituiutaba, ou seja, ao apoio à formação física, moral e intelectual de crianças com necessidades elementares. Conforme Maluf (1992, p. 242), “aos poucos”, mas de forma decisiva, “os esforços das abnegadas senhoras” ajudaram a suprir a necessidade pela construção de um orfanato. Em seu processo de construção e consolidação, a instituição passou a se chamar “Lar Espírita Maria José Fratari [...] instituição em caráter assistencial”; e, como tal, “pelo menos até 1962”, para se manter “em pleno funcionamento e se perpetuar ao longo dos anos” a instituição recorreu a ações como “festas, celebrações e promoções”, sempre de modo a cooptar a comunidade a participar “ativamente desse processo” (MALUF, 1992, p. 242).

Das ações da associação de senhoras, interessa aqui o orfanato que idealizaram e ajudaram a concretizar em prol da infância necessitada da cidade: o Lar Espírita Maria José Fratari. Nesse sentido, convém expor a resultado de um levantamento de teses e dissertações que traduzem a produção científica no campo da história da educação em geral, e das instituições escolares em particular, relacionado com instituições de

⁵ Ligado ao Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo, havia o asilo de dementes com um departamento. Em 5 de setembro de 1964, as diretorias do centro espírita e do asilo resolveram mudar o nome para Hospital Espírita José Dias Machado. Em 1980, o hospital se tornou autônomo da instituição que o criou (MALUF, 1992).

assistência à infância desvalida, no qual se configura na criação do orfanato espírita. Foram selecionados dois trabalhos dentre 91 levantados (APÊNDICE). O critério de escolha foi o objeto de estudo situado em Ituiutaba, ou seja, que se aproximam mais dos interesses deste estudo: *Ações educacionais e movimentos populares em Ituiutaba, Minas Gerais (1960–1980)* (SANTOS, 2015) e *Educação espírita em Ituiutaba: a ação educativa do Educandário Ituiutabano, Minas Gerais (1958–1973)* (FRATTARI NETO, 2009). De algum modo, tocaram na questão da assistência à infância em Ituiutaba.

A pesquisa de Santos (2015) problematiza a ação dos movimentos populares associadamente à ação da Comunidade Eclesial de Base no município de Ituiutaba em prol da difusão do conhecimento no período 1960–80. Santos enfatiza os movimentos sociais surgidos na década de 1960, aliados a outras organizações, que se viram obrigadas a articularem ações educacionais como os esforços de alfabetização envidados por Paulo Freire. O trabalho de Frattari Neto (2010) buscou compreender o funcionamento do Educandário Ituiutabano, fundado em Ituiutaba, pela “União da Mocidade Espírita”, na tentativa de compreender o impacto das leis orgânicas do ensino secundário em seu interior. O trabalho enfatiza a influência que tal escola recebeu das práticas da união de moços, que passaram a fazer parte de seu cotidiano, como as aulas-passeio, os desfiles, o grêmio estudantil e o canto coral.

Embora as pesquisas no campo da história das instituições escolares tenham se solidificado e aumentado significativamente nas últimas décadas, o número de trabalhos que investigam as obras assistencialistas ainda é exíguo. De um modo geral, nove trabalhos do universo levantado se aproximam em alguma medida do objeto deste estudo. Nesse sentido, a relação entre orfanatos (espíritas) e escolas pelo ponto de da história das instituições educacionais parece delinear uma área ainda pouco explorada pelos estudos mais recentes sobre a escolarização da infância. Em Ituiutaba, ao menos, o volume de estudos até então se reduz a um. Nesse sentido, o argumento deste estudo se mostra com relevante, pertinente, justificável.

Com efeito, o levantamento de estudos acadêmicos bibliográfico ajudou a identificar uma lacuna no conhecimento acadêmico sobre o orfanato Lar Espírita Maria José Frattari e suas relações com a educação em Ituiutaba. O trabalho de Frattari Neto (2009), de fato, discorre sobre o orfanato, mas de forma secundária, concisa e dispersa, ou seja, não o aborda como objeto de estudo, e sim como exemplo e contexto. Não

poderia ser diferente, pois seu objeto de estudo foram as relações entre o educandário e a união de espíritas. O orfanato entra em cena no estudo, então, como instituição que teve vínculos com tal contexto no plano da coletividade dos espíritas em Ituiutaba. Embora houvesse instituições distintas, como membros diversos e locais variados, a causa era comum: os princípios da prática e conduta do espírita causa dos sujeitos. [rede]

3 O LAR ESPÍRITA MARIA JOSÉ FRATARI

Como constatamos, o Lar Espírita Maria José Fratari ainda não foi elencado como objeto principal de pesquisa acadêmica. Foi apenas mencionada em estudos que abordaram a história educacional assistencialista do município (infância, assistência e educação infantil). Nessa perspectiva, ao manusear fontes e estudos na pesquisa, apreendemos certa densidade histórica de significados como lugar social na cidade; não só pela assistência às crianças desvalidas, mas ainda pelos traços significativos de sua trajetória para a história da infância abandonada no Brasil. Os trabalhos de Maria José Fratari Araújo, cognominado entre os mais íntimos de Zezé, presidente da Sociedade de Senhoras de Amparo à Infância e figura central do desenvolvimento de ações para a construção do lar, são vistos com reverência.

Segundo registros documentais, a instituição teve sua inauguração oficial somente em 1968.

A pedra fundamental do Lar da Criança foi lançada no dia 10 de janeiro de 1960, no antigo terreno, cedido posteriormente à construção da Casa dos Velhos Bezerra de Menezes, contando com representantes de destaque como o orador espírita baiano Divaldo Pereira Franco, a então inspetora regional de ensino Izabel Bueno, o deputado Daniel de Freitas Barros, representantes espíritas da cidade e região, além de representantes das lojas maçônicas. Mas um ofício do Departamento Nacional da Criança, datado de 23 de junho de 1960, interrompeu a obra, pois a localização em frente ao Asilo de Dementes não era aconselhada. Foi assim que o Lar da Criança começou a ser construído numa chácara que se encontrava nas imediações da cidade, oferecida pelo então prefeito municipal, doutor David Ribeiro Gouveia. A obra só fora concluída em 1969 (PORTUGUEZ; ARAÚJO; ENOQUE, 2018, p.523)

Um ofício do Departamento Nacional da Criança, datado de 23 de junho de 1960, interrompeu a obra, pois a localização da construção em frente ao asilo de dementes não era aconselhada, por trazer várias desvantagens — “a vizinhança era

inconveniente” (MALUF, 1992, p.239). Desse modo, o orfanato começou a ser construído numa chácara que se encontrava nas imediações da cidade, oferecida pelo então prefeito municipal David Ribeiro Gouveia.

Ao mergulharmos na interioridade da instituição, notamos instabilidade na nomenclatura. Encontramos denominações que anularam seu reconhecimento e lugar social enquanto como orfanato. Por exemplo, no processo de fundação e consolidação do orfanato, “casa da criança” e “lar da criança” são nomes usados antes e depois do primeiro nome oficial de registro institucional (a razão social), Lar da Criança. Havia debates em torno da questão.

Certa vez, numa reunião da Sociedade de Senhoras, conforme ata de 1º de maio de 1960, uma das companheiras pediu que se colocasse a palavra “espírita”, modificando os estatutos da Sociedade, devido à orientação recebida de Francisco Cândido Xavier, quando o visitaram em conjunto, na cidade de Uberaba (MALUF, 1992, p. 242).

A princípio, no que se refere à mudança do nome da instituição, observa-se a influência da presença da doutrina espírita na criação das instituições assistencialistas; porém, pessoas presentes na reunião acharam inconveniente dar um caráter religioso à sociedade das senhoras, uma vez que seu estatuto foi organizado sem sectarismo religioso. Havia uma conjugação de elementos de todas as religiões. Dessa forma, foi feita uma reformulação nos estatutos que levou à nova aprovação (MALUF, 1992).

3.1 Orfanato como instituição educacional: o caso do Lar Espírita Maria José Fratari

Para os espíritas, a caridade material é parte de sua ação a ser executada mediante a institucionalização do Espiritismo, ou seja, da criação de instituições que possam cuidar das demandas que se lhes apresentam quando se trata de favorecer os desfavorecidos. No horizonte dessa ação, estariam não só orfanatos e abrigos, mas também escolas, mesmo que em âmbito mais particular, limitado em números e dependente de doações (alimentos e remédios, roupas e calçados, agasalhos e cobertores). Nesse sentido, à educação presumida no trabalho do orfanato (contato e desenvolvimento relativo a afeto, respeito, valores, valorização e reconhecimento de si e do outro etc.) se juntava a caridade moral: soerguer o necessitado não só com assistência social imediata, mas ainda com a educação escolar para dar aos necessitados

mais instrumentos de uso na sobrevivência em meio à necessidade extrema. Como disse Frattari Neto (2009, p. 72),

Busca amenizar a dor moral e confortar as penas e desolações cotidianas. Essa prática hoje também é difundida nas casas espíritas por meio de trabalhos chamados de acolhimento fraterno ou atendimento fraterno. E, segundo o texto de Allan Kardec O evangelho segundo o Espiritismo, está na caridade moral o exercício do verdadeiro cristão, pois a caridade material é obrigação do homem, portanto do Estado, que deve suprir as necessidades básicas dos indivíduos, tais como alimentação, saúde e educação.

Nesse sentido, o desenvolvimento de tal ideário de institucionalização da doutrina e da prática do Espiritismo se mostrou em circunstâncias como as relatadas por Frattari Neto (2009, p. 72).

[...] na ata do dia 17 de junho de 1954 do Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo, a realização de uma reunião com os líderes espíritas da cidade denominada “Pacto áureo”. Essa reunião marcou o rumo do trabalho espírita efetuado na cidade, visando suprir a carência assistencial que a “capital do arroz” possuía. O senhor Jeronymo Márquez de Andrade, juntamente com o Centro Espírita Bezerra de Menezes, demonstrou o propósito de construir um lar para os idosos; o jovem Germano Laterza, presidente da União da Mocidade Espírita, realçou seus interesses na construção de um educandário ginásial gratuito; a senhora Antonia Coelho de Moraes falou em nome da Associação de Senhoras de Amparo à Infância quanto à necessidade de se construir um orfanato para acolher as crianças abandonadas.

Nesse caminho de idealização e fundação de instituições, a reunião do “Pacto áureo” resultou na deliberação de se unirem esforços para se concluir a construção do sanatório espírita, inaugurado em dezembro de 1956. Foi um “marco em Ituiutaba” quanto à força da “ação assistencial espírita” (FRATTARI NETO, 2009, p. 72). Essa força se mostraria em outro campo fundamental da ação dos espíritas em Ituiutaba: a educação elementar. Com efeito, a ação educacional espírita em Ituiutaba se iniciou na Escola José Dias Machado, fundada no Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo.

A escola fora instituída, pois constava do Estatuto do Centro Espírita, fundado em 1938, que dizia da fundação do Asilo dos Dementes e da escola. Mas seu período de funcionamento não consta em registro ou documentação. Por meio de entrevista, conseguimos, de uma de suas ex-professoras, um pequeno histórico de seu funcionamento. Dona Jerominha, como é conhecida a ex-professora, acredita que a escola tenha funcionado desde o fim da década de 1940 até aproximadamente

1954, no salão do Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo. A escola era subvencionada pela prefeitura apenas com o pagamento de duas professoras primárias, que dividiam o salão de reuniões do centro espírita: de um lado, uma professora ficava com a turma de 1ª série; de outro, outra professora ficava com a turma de 2ª série. No início, eram as professoras Iolanda Novaes e Piraçu que tomavam conta da alfabetização desses alunos. Mas, após um tempo, elas pediram demissão, e a escola continuou por um curto período, pois as professoras mais gabaritadas não podiam assumir o compromisso, visto que já trabalhavam no Grupo Escolar João Pinheiro (FRATTARI NETO, 2009, p. 73).

Ainda nos 1950, a ação educacional espírita se estendeu aos moços da “União da Mocidade Espírita de Ituiutaba”. Couberam a eles ações iniciais como dar “assistência e atendimento a alunos pobres egressos dos grupos estaduais da cidade que encontravam em grande dificuldade de prosseguir seus estudos devido às altas mensalidades cobradas por tais escolas”; depois, arrojaram a ação com a fundação do Educandário Ituiutabano. Tais ações não ficaram sem a crítica da sociedade local, maciçamente católica; ou seja, “alguns segmentos sociais mais conservadores responsáveis pelo monopólio religioso, educacional e político da cidade (FRATTARI NETO, 2009, p. 73).

A atuação da Sociedade de Senhoras de Amparo a Infância se desdobrou inicialmente nas dependências do centro espírita Eurípedes Barsanulfo. Aos moldes da sala espírita José Dias Machado havia, salas espalhadas pela cidade, não há documentação que estas escolas existiram, se não os relatos de ex-alunos, ex-professores e ex-colaboradores, pois mesclava-se enquanto processo filantrópico; eram salas isoladas, que também existiam nos fundos das igrejas católicas. No qual professoras de outras escolas, apenas ensinavam a ler, escrever e contar. Para suprir uma demanda: alimentar o alunado que ali ia estudar. A solução, viria da administradora, Maria José Fratari, professora e integrante do Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo, propôs uma “‘sopa fraterna’ nas dependências do centro” (FRATTARI NETO, 2009, p. 73). A rigor, a ação iria além, seja da sopa, seja da função. É o que se lê em texto de ata de reunião da “Sociedade de Senhoras de Amparo à Infância”.

Na ata seis do dia nove de abril de mil novecentos e cinquenta e seis no mesmo local, as sociais e as pessoas gradadas da sociedade, professoras e alunos realizaram a inauguração da *cantina*. Construída e mantida pela referida sociedade que é *anexa à escola*. A dona Zaida [sócia], na sala de aula fez uma preleção sobre o valor do acontecimento e a satisfação sentida em ver realizado já uma partícula dos projetos da sociedade. Cujo objetivo visa o amparo à infância

necessitada. A seguir todos os presentes passaram à cantina onde seria distribuído o primeiro lanche às crianças. Constatou-se de um suculento mingau que foi apreciado pelas crianças, em seguida teve um pequeno auditório com o programa organizado pelos alunos, ficou assim inaugurada a cantina. [...] A sociedade cumpriu seu programa [...] (SOCIEDADE DE SENHORAS DE AMPARO À INFÂNCIA, 9 abr. 1956, s. p).

Com efeito, em ata de reunião anterior, para discutir “sugestões e possíveis planos de ação” tendo em vista a assistência à criança e a finalidade e o conhecimento, pelo povo, das atividades da sociedade, “uma sócia tomando a palavra” salientou a importância da participação da sociedade civil, mas desde que pudesse ter certeza das intenções dos espíritos.

Conquistando assim a confiança do povo, [este] não deixará de prestar apoio a *uma instituição de apoio*, desde que veja onde e como está sendo aplicado seu dinheiro. [...] Se iniciaria essa assistência se fornecendo alimentos, roupas, assistência médica etc. [...] a Sociedade passará a fornecer merenda às crianças em geral da Escola José Dias Machado [...] mantida com sacrifício pelo Centro Eurípedes Barsanulfo que já havia solicitado a colaboração da Sociedade nesse sentido. Esta merenda constará: sopas, mingaus, canjica, frutas, pão etc. Para custear essa merenda foi organizado um quadro de sócias a parte sobre a orientação e responsabilidade da diretoria ficando as sócias Zaida Guedes Carvalho encarregada da arrecadação e gerência da cantina (SOCIEDADE DE SENHORAS DE AMPARO À INFÂNCIA, 29 fev. 1956, s. p; grifo nosso).

Até aqui, as palavras cantina, merenda e escola não deixam dúvida da ação educacional da “Sociedade de Senhoras de Amparo à Infância”; ou seja, agiam como “instituição de apoio” escolar e anexada a uma escola. Mais que da cantina, a sociedade cuidou do cardápio e das instalações onde era feita a merenda, também da administração de mantimentos. Nesse sentido, ao assegurar apoio material às primeiras necessidades do alunado, a sociedade de senhoras cumpria um papel de caixa escolar, a qual pode ser vista como instituição educacional dentro de uma instituição escolar; ou seja, a cantina seria uma instituição escolar dentro outra instituição escolar porque foi criada e existiu em função de uma escola. Essa função de apoio material se explicita em passagem de outra ata de reunião da sociedade de senhoras.

No dia vinte e cinco do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e seis realizou-se uma reunião mensal. Quais os assuntos tratados nessa reunião: Distribuição de agasalhos de flanelas e calçados para as crianças pobres da escola. Ficou resolvido que a sociedade auxiliaria a mesma escola na aquisição de uniformes para as festividades do dia

sete de setembro. *A gerente da cantina*, Dona Zaida, apresentou o movimento financeiro desta com *despesas e saldos mensais*. A reunião foi encerrada e lavrou-se a ata (SOCIEDADE DE SENHORAS DE AMPARO À INFÂNCIA, 29 abr. 1956, s. p; grifo nosso).

O fato de a atividade da cantina ser objeto da prestação de contas com lavratura de ata reforça esse atributo de instituição de apoio escolar, conforme nossa leitura. Do plano institucional, se vai ao profissional docente, em que se pode reconhecer outro elo que endossa a sociedade como instituição de apoio escolar.

A referência deriva, em parte, do trabalho de Frattari Neto (2009, p. 73), que se refere à “Dona Jerominha”, uma ex-professora entrevistada pelo autor em sua pesquisa. Ela conheceu a escola ligada ao Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo, que na memória dela teria funcionado do fim dos anos 1940 até meados da década seguinte. Por sua vez, o trabalho de Frattari Neto (2009) informa que Jerominha era professora da “Escola Ituiutabana”, “também alinhada na ação educacional espírita. Mais que isso, ela era uma das senhoras católicas, cuja sociedade tinha como preocupação central o orfanato. Nessa lógica, a sociedade estendia o alcance de seu apoio escolar dispondo de sócias para lecionarem em escolas surgidas da ação espírita em prol dos mais necessitados.

Um elemento final reforça a condição de instituição escolar inscrita na atividade das senhoras institucional, como se lê nesta passagem de ata: “foram feitos trabalhos para a confecção de roupinhas a serem distribuídas e ainda para a *continuação das aulas de cortes* a serem confeccionadas pelas sócias” (SOCIEDADE DE SENHORAS DE AMPARO À INFÂNCIA, 16 nov. 1958, s. p; grifo nosso). A compreensão imediata é que a instituição oferecia um curso de corte e costura para as senhoras como fortalecimento da capacidade de cada uma e da coletividade de agirem em prol da causa que as movia.

Dito isso, uma reflexão se impõe ante este cenário: a sociedade de senhoras agia como instituição de apoio escolar nas iniciativas educacionais dos espíritas. Fornecia serviços e cuidados voltados à escola — aos alunos — e tinha sócias que assumiam, como professoras, salas de aulas em escolas espíritas. Desse cenário, emanam uma resposta e uma pergunta. Embora a ação da sociedade de senhoras pudesse se confundir com a ação do lar-orfanato (a obra de mais vulto), este não se confundia com uma instituição escolar. Tal status parece se aplicar mais logicamente à sociedade de senhoras.

Por outro lado, são inegáveis os elos entre o lar espírita para órfãos/crianças abandonadas e as demais instituições espíritas então atuantes, seja o centro, sejam as escolas. Assim, é possível que o cotidiano da escola José Dias Machado pudesse penetrar no cotidiano do orfanato em razão da proximidade institucional entre ele, a cantina e a escola. Numa medida mínima, a refeição da escola teria chegado ao orfanato; numa medida máxima, práticas escolares teriam penetrado nas práticas educativas assistenciais (pensemos em procedimentos para explicitar didaticamente modos de agir internamente).

Elevando ainda mais as possibilidades, é possível que a administração do lar- orfanato tenha sido uma espécie de agenciadora e encaminhadora de internos para etapas de escolarização em alguma das instituições, do município. Alguns fatos dão fôlego a tal possibilidade, como se lê em textos de ata de reunião na qual foi transmitido: “o convite enviado pelo Sr. Germano Laterza para a inauguração do educandário Ituiutabano (SOCIEDADE DE SENHORAS DE AMPARO À INFÂNCIA, fev. 1958, s. p; grifo nosso); além disso, no lançamento da pedra fundamental da sede do lar- orfanato, estaria presente “Isabel Bueno, inspetora regional de ensino em Uberlândia” (SOCIEDADE DE SENHORAS DE AMPARO À INFÂNCIA, 10 jan. 1960, s. p.). Portanto, a presença de autoridades educacionais em etapas de concretização do orfanato e a presença de senhoras espíritas na inauguração de uma escola espírita é expressiva demais para não dar margem à imaginação histórica: seguramente, o futuro educacional das crianças do orfanato foi discutido por quem era de direito: o grupo de espíritas atuantes em prol dos mais necessitados.

Nesse sentido, tal possibilidade se abre aqui como argumento de pesquisa mais ampla. De fato, o orfanato não era uma escola, mas pode ter funcionado como instituição pré-escolar, não porque alfabetiza, mas porque pensava na vida escolar das crianças sob cuidados e agia para encaminhá-las para vagas disponíveis à medida que entravam na idade escolar. As fontes levantadas até agora não permitem, por exemplo, afirmar que crianças do orfanato estudaram nas escolas espíritas nem que não o fizeram. Nossa intuição é que sim; mas sustentá-la de modo a fazê-la evoluir para constatação histórica pede uma pesquisa mais densa e mais demorada, própria do mestrado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Ituiutaba, o movimento espírita encontrou uma sociedade católica abastada — era a elite do arroz —, mas insensível às mazelas de um extrato social que vivia na miséria em meio à opulência. Nesse sentido, do ponto de vista da causa espírita, o movimento achou um terreno fértil: havia muitos à espera de que pudessem ter suas carências básicas supridas; havia abandono da infância. Assim, durante as décadas de 1950 e 1960, o trabalho dos grupos espíritas foi fundamental para se concretizarem algumas obras assistenciais para os mais carentes de Ituiutaba.

Contudo, se o terreno era fértil, o trabalho era enorme e malquisto por uma sociedade arraigada à tradição católica e pouco disposta a abrir as portas a uma religiosidade estranha a tal tradição. Essa sociedade não se compadecia da miséria do outro e reforçava sua atitude de insensibilidade pela demonização de quem tinha atitude contrária — os espíritas. Nesse contexto, se o trabalho era volumoso, braços e mãos eram limitados. O grupo de espíritas na Ituiutaba da década de 1950 era inexpressivo ante a massa de católicos; por isso, seu trabalho de cuidar da parcela da população que não era percebida pelas autoridades políticas — gente na miséria, doentes mentais, os anciões abandonados, órfãos, crianças abandonadas — demandava uma ação em rede. Havia instituições distintas em ação, mas sempre em torno de uma causa comum.

5 REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Arlei Guedes de Souza. **Educação Infantil**: dos direitos legais à prática cotidiana em um CEI da rede pública municipal de Corumbá-MS. 2011. 152 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2011.
- BADUY, Marina. **Grupo Escolar Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva**: sua historicidade e o contexto econômico e social de Ituiutaba em sua implantação. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2020.
- BEZERRA, L. T. S.; RIBEIRO, B. O. L.; ARAUJO, J. C. S. Expansão educacional no Sudeste e migração em Minas Gerais: impactos na alfabetização da população de Ituiutaba (1956-1971). **HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 191–213, 2017. DOI: 10.20396/rho.v17i71.8645283. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645283>. Acesso em: 25 maio 2023.
- CARVALHO, Carlos H. A história local e regional: dimensões para os estudos histórico-educacionais. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 6, p. 51–70, jan.–dez. 2007.
- CHAVES, Petrônio R. **O vale da fortuna**. Ituiutaba: Edição do Autor, 1985

- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Prefácio. In: RIBEIRO, Betânia O. L.; SILVA, Elizabeth F. **Primórdios da escola pública republicana no Triângulo Mineiro**. Ituiutaba: Egil, 2003, p. 14–5
- FRATTARI NETO, Nicola J. **Educandário Espírita Ituiutabano**: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora. Ituiutaba, Minas Gerais (1954–1973). Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2009
- GUEDES, C. F. **Acolhimento institucional na assistência à infância**: reflexões a partir de um abrigo. Dissertação (mestrado em Psicologia) — Universidade de São Paulo, 2013
- KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 7ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2015
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 5–18, maio–ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2022.
- MALUF, Maria G. C. **Foi assim...** Ituiutaba: S/E, 1992
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil — 1726–1950. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 51–76
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da infância abandonada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2019
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009
- PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999
- RIBEIRO, Betânia de O. L.; SOUZA, Marilsa A. A. A. A Infância sob as lentes da história: conhecendo o orfanato Santo Eduardo em Uberaba/MG (1944 A 1964). In: PRADO, Claudio G; SILVA, Fernanda D; SOUZA, Vilma A. (org.). **Infâncias olhares que se entrecruzam**. Ituiutaba: Barlavento, 2018, p. 48–74
- RIZZINI, Irma. A assistência à infância na passagem para o século XX — da repressão à reeducação. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 77–94, mar.–maio, 1990.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil** — percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Loyola, 2004
- RIZZINI, Irene. Introdução. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA — o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, C. M. **História social da infância no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 137–57

PAVÃO, E. N. A. Balanço histórico e historiográfico da assistência à infância “desvalida” no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26º, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011

PORTUGUEZ, Anderson; ARAÚJO, Leonor; ENOQUE, Alessandro. **Meu povo de fé: olhares sobre a religiosidade popular no Brasil**. Ituiutaba: Barlavento, 2018

SÁ, Elizabeth F. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910–1927)**. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006

SANTOS, Ronise N. **A história da “Casa escola O Infantil do Bom-senso” em Dourados (1973–1986)**. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 4, p. 27–34, jan.–dez. 2005

SOCIEDADE DAS SENHORAS ESPÍRITAS. **Atas de reunião**. 1953–1963. Acervo da Fundação da Sociedade de Senhoras de Ampara à Infância. Transcrição da entrevista com Márcia Majadas Frattari. Ituiutaba, MG, 13 dez. 2021. Arquivo de WhatsApp.

SOUZA, Marilsa A. A. A. **O Orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em Uberaba – MG (1920–1964)**. 396 f. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

APÊNDICE

Com efeito, utilizando como fonte de consulta a revisão bibliográfica se configurou a partir da base de dados de *qualis* dos periódicos nos sites: Periódico CAPES; no qual identificamos 44 produções; da UFGD, no qual localizamos 04 trabalhos. Também realizamos uma busca no Banco de teses e dissertações USP; Banco de teses e dissertações Unicamp; Plataforma Sucupira. Utilizamos filtros nas áreas de Educação e História, com os seguintes descritores: instituições escolares, assistência, orfanato e infância desvalida. Tais levantamentos ocorreram entre os meses de dezembro de 2021 a março de 2022.

Dentre os total de 91 trabalhos, selecionamos 9 deles, utilizando como critério as produções que de fato correspondem e contribuem com o nosso objeto de pesquisa, o Lar Espírita Maria José Fratari, a história da assistência e a infância desvalida. Dessas produções, 3 são artigos, 4 são teses e 2 são dissertações, todas inscritas na área da educação. Contudo, pela falta de trabalhos que contribuíssem com esta pesquisa, foram analisadas produções que seguiam distintos períodos de pesquisa.

Produções bibliográficas selecionadas para a pesquisa

	AUTORIA	TÍTULO	TIPO DE TRABALHO	INSTITUIÇÃO
1	Armindo Q. Neto, Betânia O. L. Ribeiro, Dulcinéia G. M. Santos (2015)	Ações educacionais e movimentos populares em Ituiutaba, Minas Gerais (1960-1980)	Artigo	Universidade Federal de Uberlândia
2	Nicola José Maria Frattari Neto (2014)	Educação espírita em Ituiutaba: a ação educativa do Educandário Ituiutabano, Minas Gerais (1958-1973)	Artigo	Universidade Federal de Uberlândia
3	Saulóber Tarcísio de Souza (2011)	O universo escolar nas páginas da imprensa tijuicana (Ituiutaba-MG - anos de 1950 E 1960)	Artigo	Universidade Federal de Uberlândia
4	Marilsa A. A. A. Souza (2018)	O Orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em Uberaba-MG (1920-1964)	Tese (doutorado em Educação)	Universidade Federal de Uberlândia
5	Elianne B. Sabino (2019)	Infância pobre e educação no juízo de órfão do Pará (1870-1910): acolher, proteger, cuidar e educar “os filhos do Estado”	Tese (doutorado em Educação)	Universidade Federal do Pará
6	Eliana M. Ferreira (2019)	“Educação Infantil no cotidiano: Diálogos entre Adultos e Crianças”	Tese (doutorado em Educação)	Universidade Federal da Grande Dourados
7	Juliana da S. Monteiro (2021)	O Patronato de menores de Dourados MT/MS: cultura escolar e estratégias da Ação Social Franciscana (1950-1983)	Tese (doutorado em Educação)	Universidade Federal da Grande Dourados
8	Ronise N. Santos (2015)	A História da “Casa Escola O Infantil do Bom Senso” Em Dourados (1973-1986)	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Federal da Grande Dourados)
9	Giselle C. M. Real (2000)	Educação Infantil: Políticas Públicas e Ação Institucional”	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

FONTE: dados da pesquisa — elaboração: Alane de Cássia Alves Ferreira